



**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA FACULDADE DE  
DIREITO DE FRANCA - NAJ**

**Cole sua etiqueta aqui**

**Instruções:**

- Prova sem consulta;
- Duração: 3 horas;
- Serão consideradas apenas as respostas no gabarito abaixo, preenchido com letra de forma (A, B, C e D), no espaço reservado ao lado do número da respectiva questão:

1		11		21	
2		12		22	
3		13		23	
4		14		24	
5		15		25	
6		16		26	
7		17		27	
8		18		28	
9		19		29	
10		20		30	

**PROVA OBJETIVA**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Entre os objetivos da República Federativa do Brasil, podemos destacar:

- a) Promover a dignidade da pessoa humana;
- b) Construir a cidadania brasileira;
- c) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- d) Garantir pluralismo político.

2. Sabe-se que, em regra, os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos por força do art. 93 da Constituição Federal, que também aporta exceções, tais como, em regra:

- a) Causas cíveis comuns;
- b) Causas de Direito de Família;
- c) Causas de Direito Público;
- d) Causas de Constitucionalidade.

3. (FUNDATEC - 2026 - ADAPTADA) Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, analise a sentença abaixo: São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (1ª parte). Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está a valorização do trabalho e da livre iniciativa (2ª parte). Um dos princípios que rege as relações internacionais da República é o da prevalência dos direitos humanos (3ª parte). Quais partes estão corretas?

- a) Apenas a 2ª parte.
- b) Apenas a 3ª parte.
- c) Apenas a 1ª e a 3ª partes.
- d) Todas as partes.

4. (INSTITUTO AOCP - 2026) Considere que, após a implementação de política pública que ampliou o acesso a medicamentos de alto custo, o Estado editou nova norma revogando parte das diretrizes anteriores, reduzindo a cobertura já assegurada e limitando o rol de beneficiários, sem justificativa idônea nem medidas compensatórias que preservem o patamar de proteção antes atingido. Inconformada, a Defensoria Pública ajuíza ação coletiva, sustentando ser inadmissível restringir tutela já concretizada de direito fundamental social, admitindo-se apenas aprimoramentos e acréscimos. Nessa situação, é correto afirmar que, para defender sua posição, a Defensoria Pública se vale da teoria do(a):

- a) efeito *cliquet*;
- b) reserva do possível;
- c) mínimo existencial;
- d) vedação ao excesso.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

5. Entre os princípios que regem a administração pública, ganha destaque aquele estabelecido pela proibição de vínculo pessoal do gestor para com a coisa pública, sendo:

- a) Publicidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Discricionariedade;
- d) Legalidade.

6. (AGEPAV 2025) Em relação aos princípios administrativos, as decisões administrativas devem ser tomadas considerando a manifestação dos interessados. Trata-se do:

- a) Princípio do contraditório;
- b) Princípio da ampla defesa;
- c) Princípio da impessoalidade;
- d) Princípio da transparência.

7. (OBJETIVA 2023) O concurso público é uma das principais formas de recrutamento de pessoal no setor público. Ele tem como princípio assegurar aos administrados a igual oportunidade de ascenderem aos cargos públicos. Esse princípio se chama:

- a) Princípio da eficiência;
- b) Princípio da impessoalidade;
- c) Princípio da identidade;
- d) Princípio da isonomia.

8. No processo administrativo-disciplinar, o ato que o antecede e pretende apurar preliminarmente os fatos é denominado:

- a) Processo disciplinar antecipado;
- b) Sindicância;
- c) Portaria de instauração;
- d) Relatório circunstanciado.

## DIREITO CIVIL

9. A constituição de que o negócio jurídico contenha agente capaz, objeto lícito e forma prevista e não vedada pela lei se encontra, respectivamente, no campo da:

- a) Validade; eficácia e existência;
- b) Existência; validade e eficácia;
- c) Eficiência; eficácia e validade;
- d) Eficácia; validade e existência.

10. (CEBRASPE - 2026) Em relação aos filhos menores que estejam sob sua autoridade e companhia, a responsabilidade dos pais é:

- a) subjetiva, desde que comprovado o dolo dos pais e a culpa dos filhos.
- b) subjetiva, desde que comprovada a culpa ou o dolo dos pais e dos filhos.
- c) objetiva, independentemente da comprovação de culpa dos filhos.
- d) objetiva, desde que comprovada a culpa dos filhos.

11. No contrato de compra e venda de bem imóvel, a retrovenda é:

- a) A possibilidade de reaver o bem no prazo de até 5 anos, independentemente da vontade das partes e da previsão contratual;
- b) A cláusula contratual que possibilita vender o bem para o vendedor originário no prazo de até 2 anos, pagando seu preço atual.
- c) Cláusula que possibilita reaver o bem no prazo de até 3 anos, independentemente da vontade do comprador e pagando o preço da venda original.
- d) Pacto adjeto que impossibilita que o bem seja revendido sem autorização do vendedor, pelo prazo de até 3 anos.

12. No contrato de locação, na hipótese de prazo inferior a 30 meses:

- a) As hipóteses de denúncia sem indenizações, pela regra, são vazias;
- b) A extinção da locação pela denúncia opera com pagamento da multa contratual pelo locador;
- c) É cabível a denúncia cheia pela quebra contratual;
- d) Não são cabíveis denúncias para extinção contratual.

13. João M. tem a posse mansa e pacífica de bem imóvel no qual reside há 12 anos e deseja tomar as providências cabíveis para adquiri-lo pela prescrição aquisitiva. Nessa hipótese, a modalidade em questão seria:

- a) Usucapião especial urbana;
- b) Usucapião familiar;
- c) Usucapião ordinária;
- d) Usucapião extraordinária.

14. (VUNESP - 2023) No que diz respeito à nomeação do curador para aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.
- b) Na falta de cônjuge ou companheiro, ascendentes e descendentes, é curador legítimo o colateral que se mostrar mais apto.

- c) Na falta de cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e colaterais, compete ao Ministério Público a indicação do curador.
- d) Na falta de cônjuge ou companheiro e ascendentes, será nomeado como curador legítimo o descendente mais próximo.

15. Cecília é filha de Eric, que não trabalha nem recebe qualquer renda. Em execução de alimentos, depois de anos tentando forçar Eric ao pagamento da pensão, pretende redirecionar a cobrança a seus avós paternos. Nesse caso, é correto afirmar que a pretensão deve ser:

- a) rechaçada, porque o ordenamento brasileiro não contempla os alimentos avoengos;
- b) acolhida, cabendo aos avós paternos obrigação solidária e no mesmo valor imposto a Eric;
- c) acolhida, com a ressalva de que cabe aos avós paternos obrigação subsidiária e complementar;
- d) acolhida, com a ressalva de que cabe aos avós paternos obrigação subsidiária e no mesmo valor imposto a Eric (integral).

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. No processo comum, após a contestação, é possível que o autor desista da ação:

- a) A qualquer tempo até a sentença, com autorização do réu;
- b) A qualquer tempo até a sentença, independentemente de autorização;
- c) Até o recebimento de eventual recurso, com autorização do réu;
- d) Até a interposição de recurso, independentemente de autorização do réu.

17. De acordo com o Código de Processo Civil, é vedado ao advogado postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente. Nesses casos de urgência, deverá juntar nos autos a procuração no prazo de:

- a) 2 (dois) dias;
- b) 5 (cinco) dias;
- c) 10 (dez) dias;
- d) 15 (quinze) dias.

18. A tutela provisória está dividida em tutela de urgência e tutela de evidência, sendo que a segunda será concedida quando:

- a) comprovado o fumus boni iuris e o periculum in mora;
- b) requerida em caráter antecedente;

- c) fundada em tese de repetitivos;
- d) comprovado o risco de resultado útil do processo.

**19. (FCC - 2025) Segundo o Código de Processo Civil, a liquidação de sentença:**

- a) não pode ocorrer na pendência de recurso;
- b) por arbitramento deve ser instaurada de ofício quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida e houver necessidade de alegar e provar fato novo, sendo vedado rediscutir a lide ou modificar a sentença que a julgou;
- c) pelo procedimento comum ocorre a requerimento do credor ou do devedor quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida e houver necessidade de alegar e provar fato novo, sendo vedado rediscutir a lide ou modificar a sentença que a julgou;
- d) por arbitramento deve ser instaurada de ofício quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida e houver necessidade de alegar e provar fato novo, caso em que poderá ser rediscutida a lide e modificada a sentença que a julgou.

**20. No caso de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, sendo o crédito de natureza alimentar, é correto afirmar que o seu cumprimento provisório:**

- a) não será admitido, sendo necessário aguardar o trânsito em julgado da ação para a cobrança dos honorários.
- b) será admitido, desde que prestada caução suficiente e idônea.
- c) será admitido, sem necessidade de prestar caução, desde que as partes realizem negócio jurídico processual nesse sentido.
- d) será admitido sem necessidade de prestar caução.

**21. Em ação revisional de alimentos, a parte vencida decidiu recorrer da sentença que majorou a pensão alimentícia. Para tanto, sabe que:**

- a) O recurso cabível é a apelação e conta com efeito suspensivo automático;
- b) O recurso cabível é o agravo de instrumento e requer tutela de urgência recursal;
- c) O recurso cabível é a apelação que, nesse caso, conta apenas com efeito devolutivo automático;
- d) O recurso cabível é o agravo de instrumento, com efeito suspensivo automático.

**22. Joana tem contra si título extrajudicial executado por Maria. A executada não tem condições de pagar a dívida total nesse momento, mas tem interesse e possibilidade de pagá-la em parte. Assim:**

- a) Dentro do prazo para embargos, é possível que deposite 40% do valor da dívida, mais os honorários

advocatícios e custas, requerendo o parcelamento em até 3 vezes, o qual, não quitado, acarreta o vencimento antecipado da dívida mais multa de 5%.

- b) No prazo para contestar, a exequente poderá apresentar proposta de parcelamento que não onere a executada, em no máximo 6 parcelas, com adiantamento de 30% do total da dívida, incluídos honorários e custas. O não pagamento acarreta a cobrança de toda a dívida, incluídas as parcelas já pagas, mais a multa de 10%.
- c) No prazo da defesa, a executada poderá propor pagamento parcelado, que suspende o feito, desde que feito em até 3 parcelas, com adiantamento de 30% do valor total da dívida, acrescido de custas e honorários. O não pagamento acarreta a continuidade da execução da parcela devida e multa de 5%.
- d) No prazo para embargos, a executada poderá propor o parcelamento do débito, desde que deposite 30% do valor da dívida, inclusas as custas e honorários, requerendo o parcelamento em até 6 vezes, independentemente da vontade da exequente. A falta de pagamento acarreta o vencimento antecipado do valor e multa de 10%.

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

**23. A hipossuficiência do consumidor em juízo atribui diversas benesses processuais, dentre elas a inversão do ônus probatório, a qual:**

- a) Será concedida sempre que comprovada a hipossuficiência e a verossimilhança das alegações;
- b) Será concedida sempre que a parte autora for consumidor finalista;
- c) Será concedida sempre que comprovada a hipossuficiência ou a verossimilhança das alegações;
- d) Será concedida nos termos do Código de Processo Civil.

**24. O microsistema da tutela de consumo possibilita a aplicação conjugada de legislações juntamente com o Código de Defesa do Consumidor. Isso ocorre em razão da conhecida teoria:**

- a) Teoria da ampliação legislativa;
- b) Teoria conjugada do CDC;
- c) Teoria do diálogo das fontes;
- d) Teoria da hipossuficiência do consumidor.

**25. O problema interno relativo ao produto ou serviço que atinge diretamente o consumidor é denominado, nos termos da lei consumerista:**

- a) Vício do produto;
- b) Fato do produto;
- c) Vício de consumo;
- d) Defeito do produto.

26. Conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no contexto das relações de consumo, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

- a) trinta dias;
- b) sessenta dias;
- c) sete dias;
- d) noventa dias.

#### ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

27. O presente princípio garante que o menor seja considerado prioritariamente em feitos relativos aos seus direitos:

- a) Primazia do interesse do Estatuto da Infância;
- b) Primazia da criança;
- c) Prioridade da criança;
- d) Prioridade absoluta do menor.

28. Nessa modalidade de colocação em família substituída, há rompimento dos vínculos familiares do menor:

- a) Tutela;
- b) Adoção;
- c) Guarda;
- d) Acolhimento.

29. (VUNESP - 2025) Durante consulta, os pais de uma menina de 6 anos, em processo de separação, discutem sobre a guarda. A mãe deseja residência exclusiva, e o pai quer corresponsabilidade nas decisões. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, na guarda compartilhada, o tempo de convivência de cada responsável com a criança:

- a) não precisa ser igual, desde que respeite os interesses da criança.
- b) precisa ser igual, sendo que a residência da criança deve ser alternada.
- c) não precisa ser igual, desde que a autoridade seja dividida entre os genitores, com decisões autônomas.
- d) precisa ser igual, com o objetivo de garantir o equilíbrio de direitos entre as partes.

30. (AVANÇA - 2025) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito à guarda, é correto afirmar que:

- a) É destinada unicamente a regularizar a posse de fato nos procedimentos de tutela e adoção.

- b) Permite, em situações específicas, que o detentor represente a criança ou adolescente na prática de atos determinados.
- c) Impede, salvo decisão judicial em sentido contrário, o direito de visitas dos pais.
- d) Confere ao detentor a exclusão do dever de assistência material por parte dos pais biológicos.

**BOA PROVA!**



**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA FACULDADE DE  
DIREITO DE FRANCA - NAJ**

**INSCRIÇÃO Nº:** \_\_\_\_\_

**TEMA DA DISSERTAÇÃO**

Disserte, no espaço delimitado, sobre o direito de acesso à justiça, seus sujeitos e o papel dos Núcleos de Assistência Judiciária na sua consolidação. **Seu texto deve ter um título** e ser coeso, coerente, claro e conciso. **Escreva entre 25 e 30 linhas.**

**NÃO COPIE PARTES DO ENUNCIADO EM SUA DISSERTAÇÃO!**

**ESPAÇO PARA ANOTAÇÕES**

# OFICIAL

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

# RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	